

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*

BERNARD DA COSTA CAMPOS — *Diretor*

J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Executivo*

MAURO GUIMARÃES — *Diretor*

FERNANDO PEDREIRA — *Redator Chefe*

MARCOS SÁ CORREA — *Editor*

FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Assistente*

ANC RIO Cabeça Fria

NÃO são de envaidecer o nosso sentimento democrático essas desencontradas reações diante de dificuldades econômicas naturais numa economia à procura de ajustamento. Tudo que vem acontecendo estava na ordem natural das coisas. Não houve surpresa na economia senão para o Governo, que acreditava — por estar no rumo certo — que era suficiente exigir sacrifício à sociedade, e dar-se ao luxo de dispensar-se da sua parte.

Que o Governo se surpreenda e até se deixe abater, no primeiro momento em que os resultados desautorizaram o seu ingênuo otimismo, é perfeitamente compreensível. Trata-se do susto de quem se proclamava vencedor da inflação em fevereiro e, ao se aproximar o final do ano, reencontra a mesma inflação emboscada atrás do congelamento de preços. O Governo congelou os preços das mercadorias e os salários de todas as categorias profissionais, mas não fez o mesmo com as suas despesas.

O tardio momento da verdade não autoriza as emoções pessimistas e os sinais exteriores de histeria. Esse estado de espírito apenas agrava a instabilidade emocional de um país maldotado de instituições e a meio caminho da tortuosa transição do autoritarismo para a democracia. Ninguém — seja Governo ou sociedade — pode iludir-se quanto a impossíveis ganhos com qualquer forma de retrocesso político. Não há solução satisfatória que se possa pautar pela idéia de repetir, copiar ou adaptar o passado. Tudo que passou, passou porque não ofereceu resultados duradouros e satisfatórios.

É, portanto, hora de se esfriarem as cabeças para que as idéias voltem a circular com naturalidade. A intermediação de boatos é a mais primária reação num relacionamento de confiança democrática entre a sociedade e o Estado. Boatos não são fatos, mas geram conseqüências indesejáveis. Tanto era falso o Governo declarar extinta a inflação, quando ele próprio não foi capaz de congelar os seus gastos megalômanos, quanto é infundado esse medo nascido da verificação de que a inflação estava à espreita para desfechar o bote assim que se encerrasse o festival de consumo.

Não se pode mais lidar com o inverossímil e nem esticar a política econômica em retórica infundada: as soluções não pedem originalidade, mas coragem elementar de adotá-las. O reconhecimento virá depois: tarda

mas não falha. A popularidade não os precede, mas se materializa em reconhecimento depois que os governos conquistam o respeito da sociedade. Já não é possível, depois de ter conhecido um êxito sem precedente e de cair no vazio dos resultados frustrados, pretender o Governo Sarney desfazer-se dos seus fantasmas e pagar as suas contas com bodes expiatórios, como o FMI ou o imperialismo, exorcizados para fora, ou com o ágio, os supermercados, os tubarões e toda a mitologia para consumo político interno. Foi isso, aliás, que minou a credibilidade do plano cruzado.

É preciso, portanto, que a excitação geral pare e se sinta a falsidade desse pressentimento infundado de que o país gravita na órbita de uma crise. Não há crise alguma. Há, isto sim, o acerto de conta dos erros e ingenuidades cometidos pelo Governo entre fevereiro e novembro. Há, também, gente jogando na inflação, a freguesia de sempre, que independe de regime: são os sócios das crises, para efeito de obter vantagens marginais.

Não há, porém, anormalidade alguma. É tudo normal, sejam acertos ou desacertos de política econômica. A democracia não impõe prazos para soluções, e sim franqueza, transparência, lealdade para com a sociedade, e respeito à lei. O Governo precisa simplificar os seus procedimentos, despojar-se dos ornamentos autoritários, fugir aos padrões de só agir mediante grandes planos. E voltar à naturalidade, ter a cabeça no lugar para seguir em frente.

Regras estáveis, para o jogo econômico e o jogo político, são a grande carência. Até que a Constituinte fixe os parâmetros de uma democracia brasileira — sem preconceitos e sem reservas — a melhor contribuição ao alcance do Governo é não inventar mais nada. Passar a agir com bom senso e observar o compromisso da reciprocidade: oferecer como exemplo tudo que quiser pedir à sociedade. Principalmente sacrifícios. É abster-se de liberalidades que pagam em popularidade transitória mas cobram mais tarde em sacrifícios elevados para todos.

Não há crise: o que se sente com desconforto é a falta geral de treino para a democracia, pela insuficiente convicção do que seja a sua prática em todas as suas conseqüências, econômicas e políticas.